



ALCOOLISMO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Daniela Ribeiro Barros¹
Euclismária Alves Barreiro de Carvalho²
Mônica Rafaela de Almeida³ (
Carolina de Andrade Rodrigues⁴

RESUMO: O presente estudo buscou esclarecer que situações favorecem o uso do álcool nas organizações de trabalho, quais as suas conseqüências para aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos na situação e quais os planos de ação no combate ao alcoolismo no contexto organizacional. Para isso valeu-se de uma revisão bibliográfica efetuada a partir de periódicos científicos. Os resultados mostraram que algumas situações específicas de trabalho favorecem o aumento do uso do álcool. Constatou-se que no Brasil, o alcoolismo é o terceiro motivo para faltas e a causa mais freqüente de acidentes no trabalho. Esses dados constituem um impulso importante para que as organizações aprofundem seu conhecimento sobre esta problemática, verificando em que medida fatores organizacionais podem estar criando um ambiente favorável ao alcoolismo.

Palavras - Chave: Alcoolismo. Organizações de trabalho. Prevenção.

ALCOHOLISM IN THE ORGANIZATIONAL CONTEXT: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT: The goal of this study is clarify the situations that can make the use of alcohol grow up in the organizations of work. It also goals to know the consequences of alcoholism for the people who are directly or indirectly involved in this situation at work. Moreover, this study aims to identify what actions have been developed to combat the alcoholism in the work context. Aiming this, it was made a large review of the literature about alcoholism. The results showed that some work situations could increase the use of alcohol. It was found that in Brazil, alcohol is the third reason of absences and the most frequent cause of accidents at work. These data are an important motivation for organizations of work knows more about this issue, noting how organizational factors may be creating a favorable environment to alcoholism.

Key words: Alcoholism. Labor Organizations. Prevention.

¹ Mestre em Psicologia Social, Prof^a da Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN) e Prof^a mediadora a distância da Universidade Aberta do Brasil (UFPB Virtual). E-mail: daniela_ribeiro_barros@hotmail.com

² Mestranda em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

³ Mestranda em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba e Psicóloga do Hospital Regional Manoel Gonçalves Abrantes, Sousa-PB.

⁴ Estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.



INTRODUÇÃO

O álcool é uma substância psicoativa legal e socialmente aceita. Conforme o Ministério da Saúde do Brasil (MS, 2003), essa substância causa a dependência conhecida como alcoolismo. O alcoolismo foi reconhecido como doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 1948 e representa um dos problemas sócio-econômicos mais graves para a saúde mundial. Uma possível explicação para a disseminação dessa enfermidade pode ser encontrada na facilidade com que o álcool pode ser adquirido, como também o fato de ser uma substância socialmente aceita e de grande tradição cultural. Estima-se que essa dependência deva atingir de 10% a 15% da população mundial. O consumo excessivo de bebidas alcoólicas ocasiona, além de problemas econômicos, problemas sociais e psicológicos; a estes fatos atribui-se a relevância de se estudar a temática do alcoolismo e suas possíveis causas (MAGALLÓN & ROBAZZI, 2005; MONTALVO & ENCHEBURÚA, 2001).

De acordo com o MS (2003), o alcoolismo, também denominado “Síndrome da Dependência do Álcool”, tem como características a compulsão, a perda do controle, a dependência física e a tolerância (a necessidade de aumentar a quantidade de álcool ingerida para obter o mesmo efeito). Diferencia-se do abuso de álcool, pois este não inclui uma vontade incontrolável de beber, perda do controle ou dependência física, e ainda, possui menor chance de incluir a tolerância ao álcool.

A dependência do álcool envolve aspectos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após seu uso repetido. Nesse sentido, o consumo do álcool está implicado em uma ampla variedade de doenças, perturbações e lesões, bem como em muitos problemas de ordem social e jurídica; isto tem causado riscos substanciais ou danos para o indivíduo, entre os quais se incluem intoxicação, dependência física ou psíquica.

Além disso, muitas vezes tem afetado as relações sociais e laborais dos indivíduos, representando um imenso problema para muitas sociedades ao redor do mundo (BABOR et al., 2002).

O alcoolismo, por sua vez, constitui uma das quatro causas mais comuns de morte masculina, no intervalo de 20 a 40 anos de idade, além de interferir em certos aspectos da vida do indivíduo como saúde, estado civil, trabalho, relacionamentos interpessoais, entre outros (MORAES & PILATTI, 2004). Segundo Ramos (2002) e MS (2003), o alcoolismo é o terceiro motivo de absenteísmo no trabalho e a oitava causa para a concessão de auxílio-doença do Ministério da Previdência Social.

Nas situações de trabalho, são considerados fatores de risco para o consumo do álcool as atividades socialmente desprivilegiadas e/ou onde a tensão é constante. Isto ocorre como um mecanismo de defesa, uma fuga do sofrimento mental, da sobrecarga emocional e mesmo das condições de trabalho, tornando o consumo do álcool uma “válvula de escape”, um aliado para o alívio da tensão, do desprazer e do seu sofrimento, induzindo este fato a quadros graves de dependência alcoólica (ANDRÉ, 1994; MORAES & PILATTI, 2004).

Tanto para o MS (2001) como para a Organização Mundial de Saúde, a síndrome de dependência do álcool é um dos problemas vinculados ao trabalho.

O trabalho pode ser considerado como fator de risco, no conjunto de fatores de risco associados à etiologia multicausal do alcoolismo crônico. Trata-se, portanto, de um nexo epidemiológico, de natureza probabilística, principalmente quando as informações sobre as condições de trabalho forem consistentes com as evidências epidemiológicas disponíveis. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p.176).



As causas atribuídas ao consumo do álcool são diversas e de várias ordens (psíquica, social, emocional, ambiental, genética, dentre outras.). No entanto, as análises feitas em pesquisas sobre o consumo dessa substância - numa perspectiva da análise das organizações e local de trabalho - convergem para as mesmas causas: a) estressores (falta de reconhecimento e incentivo, carga horária de trabalho excessiva, discriminação social e precárias condições de trabalho), b) fácil acesso à substância (o álcool está inserido em nossa cultura, podendo ser encontrado no lazer, dentro das casas, nas celebrações profanas e religiosas, além de ser visto como fonte de inserção social), c) meio de viabilização do trabalho devido aos efeitos farmacológicos da substância, e por fim d) da falta de conscientização do perigo de se trabalhar alcoolizado (CASTRO, 2002; MORAES & PILATTI, 2004).

Justifica-se que a presente temática será abordada, neste artigo, sob a perspectiva de considerar as instituições e organizações de trabalho de uma forma geral, sem distinção entre categorias de trabalhadores; o que significa dizer que não se constitui um objetivo do presente artigo delimitar um único tipo de organização por considerar o álcool uma substância de uso universal e, portanto, de fácil acesso tanto às pessoas da classe mais abastada quanto às da classe menos abastada, independe do tipo de instituição e do caráter socioeconômico destas organizações.

ALCOOLISMO NO ÂMBITO DE TRABALHO

O desenvolvimento de estudos sobre a dependência química, especialmente do álcool, se faz urgente diante da realidade social em que o uso indevido de drogas lícitas e ilícitas é considerado um problema de saúde pública, sendo objeto de mobilização organizada das nações em todo o mundo.

O álcool se constitui em uma das maiores causas no envolvimento com acidentes de trabalho, além de prejudicar o desempenho profissional, levando o trabalhador a freqüentes atrasos na chegada ao trabalho, baixa produtividade, destruição ou utilização indevida do material de trabalho, descuido e negligência sobre os objetivos do trabalho, incapacidade de assumir a responsabilidade por determinadas tarefas, trabalho mal realizado, excesso de acúmulo de funções, insatisfação, desmotivação, não cumprimento de higiene / segurança no local de trabalho, tornando-se um risco para quem trabalha em linhas de produção. Diariamente o trabalhador dependente do álcool está colocando em risco não só a sua integridade física, como também a dos demais trabalhadores. Deve-se atentar ainda, que existem características de certos tipos de ofício como o trabalho em turno, carga horária excessiva, a falta de perspectiva de crescimento no serviço, aborrecimentos entre funcionários, dentre outras, que fazem com que o álcool se torne um alívio momentâneo (MAGALLÓN & ROBAZZI, 2008; MONTALVO & ENCHEBURÚA, 2001; TOMÁS, 1998).

Segundo Cambell e Graham (1991), diversas pesquisas realizadas em empresas têm demonstrado que o absenteísmo, principalmente por atestados médicos, acidentes, diminuição da produtividade e sobrecarga do sistema de saúde, guarda uma relação direta com o consumo de álcool e com a diminuição da qualidade de vida do trabalhador.

Dados como esses apontam o alcoolismo como a causa mais freqüente de aposentadorias precoces e acidentes no trabalho e a oitava causa para concessão de auxílio doença pela Previdência Social (VAISSMAN, 2004). De acordo com Michel (2000), pelo menos 5% dos funcionários brasileiros de qualquer empresa são quimicamente dependentes, com uma produtividade reduzida em 25%. Este mesmo autor afirma que, embora o alcoolismo



implique sérias e reais conseqüências, as organizações, em geral, tanto privadas quanto públicas, renegam esta problemática, o que se percebe através da falta de conscientização e de uma relutância em focalizar o problema.

Segundo Tomás (1998), o alcoolismo é um problema que se apresenta pelo menos duas vezes negativo, pois por um lado, o álcool é susceptível a afetar as diferentes condições e processos de trabalho que se realizam. Por outro lado, certas condições, processos e ambiente de trabalho irão afetar (criar, manter, melhorar) o consumo de bebidas alcoólicas. O alcoolismo é, portanto, causa e efeito, e, para Dejours (1990), não pode ser explicado, em sua totalidade, meramente pelo sofrimento mental ocasionado pelo trabalho. De fato, as pressões psíquicas sofridas pelo trabalhador em decorrência do trabalho podem agir sobre ele e levá-lo ao alcoolismo. No entanto, esse autor considera que, a partir do momento em que estas pressões passam a surtir efeito na vida do trabalhador ao ponto de levá-lo ao alcoolismo, tal efeito dar-se-ia em função das falhas existentes, por parte do sujeito, no enfrentamento à angústia e ao sofrimento provocados pelas relações de trabalho.

Sendo assim, o consumo de álcool passa a ser considerado um *status* de defesa coletiva no combate a outros sofrimentos que se tornam difíceis de combater de outro modo, podendo, ainda, ser visto como uma confrontação com a organização de trabalho por parte dos trabalhadores, em relação às ideologias defensivas do ofício. Assim, essas ideologias coletivas e profissionais podem ser a resposta às organizações de trabalho, uma vez que implicam riscos importantes à integridade física do trabalhador e, por conseguinte, geram tensões psíquicas particulares.

Em condição de não dependência, o álcool tem papel na coesão, manutenção e reconstituição do coletivo, nas relações de trabalho. Ele recria uma secreta euforia propícia às relações superficiais e fáceis, necessárias à existência do grupo. Dessa

forma, por sua ação em favor do grupo, essa substância ocupa um lugar na ideologia defensiva do trabalho, a tal ponto que, com freqüência, seu consumo é posto integralmente na ideologia defensiva, sendo ligado aos valores de virilidade, de maneira que a abstinência é facilmente encarada pelo grupo como posição tipicamente feminina.

Esta substância funciona, ainda, como estratégia de defesa no trabalho que nem sempre é substituída ao chegar a casa. Quando o trabalhador não possui defesas mentais suficientes, ele se utiliza do modo mais simples que estiver à sua disposição e que a seu ver tem sido eficaz: o uso do álcool. Do consumo desta substância para fins estritamente relacionais e profissionais, passa-se ao consumo abusivo e até mesmo ao alcoolismo (CASTRO, 2002).

Em muitos casos, os trabalhadores preferem se encontrar em bares com o grupo: é a coletividade que se reúne para lutar contra o sofrimento. O alcoolismo funciona como uma defesa mental elaborada para lutar contra a angústia. (DEJOURS, 1990; MONTALVO & ENCHEBURÚA, 2001).

De início, o álcool é de alguma forma proposto a esses sujeitos para a confrontação da organização do trabalho e a participação com as ideologias defensivas da profissão. Supondo-se que a organização do trabalho controle este risco a ponto de anulá-lo, é provável que as ideologias de defesa desapareçam, assim como o consumo “normal” e banal de bebidas alcoólicas. Mas isto não fará desaparecer as falhas do funcionamento mental que existe em certos sujeitos candidatos ao alcoolismo. Na ausência do álcool, serão forçados a lutar de outra forma e é provável, no entanto, que outras doenças apareçam (TOMÁS, 1998).

Assim, as estratégias de defesa respondem às organizações de trabalho que implicam riscos importantes para a integridade física e criam ameaças psíquicas particulares. Com o tempo, uma ideologia de defesa pode se tornar uma verdadeira tradição que se perpetua e se transmite entre gerações,



sendo possível que o consumo de álcool se enquadre em uma delas.

Nesse direcionamento, não se pode então desconsiderar as tradições sólidas formadas ou associadas ao consumo do álcool, tanto relacionadas a certas atividades quanto à vida cotidiana, reforçando o uso contínuo e até mesmo abusivo de tal droga (CASTRO, 2002).

OBJETIVOS

Conforme os aspectos acima mencionados, este artigo tem como objetivo problematizar uma discussão, através do levantamento bibliográfico do assunto, acerca das causas que levam ao consumo e abuso de álcool nas organizações e locais de trabalho (entendidas de uma forma geral), a fim de analisar as conseqüências do alcoolismo nestes âmbitos. Busca, ainda, investigar as condições de trabalho que favorecem o desenvolvimento do alcoolismo nos trabalhadores, bem como levantar informações sobre programas de prevenção do alcoolismo nas organizações de forma geral.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de análise qualitativa do conteúdo da literatura pesquisada. O objeto de análise constituiu a produção científica sobre o assunto. Como técnica, a pesquisa bibliográfica compreende leitura, seleção, fichamento e arquivo dos tópicos de interesse para a pesquisa em pauta, com vistas a conhecer as contribuições científicas que se efetuaram sobre determinado assunto.

A leitura direcionada dos referidos textos facilitou o alcance do objetivo proposto. Na leitura e análise das publicações, procurou-se abordar as questões relativas ao uso e abuso de álcool nas organizações de trabalho, consideradas de uma forma geral, destacando-se os principais fatores relacionados à ingestão desta substância pelos

trabalhadores, bem como o serviço de caráter preventivo prestados por estas instituições. Os artigos foram captados de periódicos indexados, com o intuito de se verificar o que há de publicação sobre o assunto investigado envolvendo aspectos relativos à saúde dos trabalhadores.

Para a seleção dos artigos, foram utilizados indexadores como Scielo, Index Psi, com o objetivo de assegurar de forma ampla os mais variados contextos (nacionais e internacionais) nos quais o álcool aparece inserido nas organizações de trabalho. Após criteriosa leitura do material pesquisado, constatamos que há lacunas relativas a estudos que envolvam estes aspectos, o que prejudica a abordagem e a atenção em saúde que deveria ser prestada a essa clientela. Com este estudo, esperamos estar chamando a atenção para questões relativas ao uso e abuso de álcool nas organizações de trabalho de maneira geral.

RESULTADOS

O uso e o abuso de álcool e de outras substâncias psicoativas se configuram, na sociedade contemporânea, como um sério problema de saúde pública. Tal fenômeno está imerso em todas as dimensões da vida humana, inclusive no denominado “mundo do trabalho”. Nele, as organizações de trabalho surgem não somente como espaço de produção, mas também, como instituições geradoras de cultura, regras sociais e novos saberes, que funcionam como sistemas abertos e, por isto, realizam trocas com os espaços macrosociais, acabando por reproduzir, no seu interior, a mesma realidade macrosocial em relação ao consumo de substâncias psicoativas.

Neste sentido, o que se observa em termos de estudos acerca do uso destas substâncias nas organizações de trabalho, entendidas de maneira geral, é que a incidência de pesquisas é maior quando se refere ao consumo de álcool, quando comparado a outras substâncias, e que tais



estudos encontram-se mais voltados para a questão do absenteísmo ao trabalho e para a verificação da existência ou não de programas de prevenção e tratamento a funcionários. Pôde-se verificar que a literatura é ainda bastante limitada.

Considerando tais aspectos, faz-se pertinente apontar que, em 1987, o alcoolismo era a 8ª causa de auxílio doença na Previdência Social e a 3ª causa de absenteísmo no Brasil. (SOUZA, 2005). Um estudo sobre os problemas relacionados ao abuso do álcool no ambiente de trabalho, realizado no ano de 1993, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP aponta que de 10% a 15% dos trabalhadores têm problemas de dependência e que esse abuso é responsável por três vezes mais licenças médicas do que outras doenças. Além disso, aumenta cinco vezes as chances de acidentes de trabalho, estando relacionado com 15% a 30% de todos esses acidentes. (VAISMANN, 1998). O estudo indicou, ainda, que o álcool é responsável por 50% de absenteísmo e licenças médicas, levando à utilização de oito vezes mais diárias hospitalares e a três vezes mais assistência médica e social para os familiares dos trabalhadores do que quando comparado a outras doenças.

De acordo com Souza (2005), em pesquisa realizada com os trabalhadores da empresa de Telecomunicações do Ceará, foi constatado que o tempo de afastamento dos trabalhadores devido ao alcoolismo é bastante superior ao de outros distúrbios, como doenças respiratórias, viroses e outras. O mesmo estudo pôde verificar ainda que, no período de 1990 a 1993, o alcoolismo destacou-se como fator preponderante desse quadro de absenteísmo, de modo a não se constituir em um quadro muito diferenciado, até os dias de hoje, em termos gerais.

Vergara e Benazzi (2000 apud SOUZA, 2005) estudaram 32 empresas do Rio de Janeiro, com o objetivo de analisar o uso de substâncias psicoativas entre os trabalhadores, gestores e diretores, bem como,

a existência de políticas e programas de recuperação de dependentes, buscando compreender como as empresas se posicionam frente à questão da dependência química entre seus trabalhadores.

Naquela ocasião, os pesquisadores buscaram investigar se o problema da dependência química entre trabalhadores, gestores e diretores fazia parte das preocupações da empresa, de modo que constatarem que 66% das empresas consideravam esse aspecto, sendo que 41% delas afirmaram adotar programas de internação de dependentes para desintoxicação (29% das empresas privadas e 75% das públicas).

Verificaram ainda, nesta pesquisa, que 29% das empresas privadas e 63% das públicas estimulam ativamente a participação dos dependentes em grupos de auto-ajuda (como Alcoólicos Anônimos - AA - ou Narcóticos Anônimos - NA) e que 21% das empresas privadas e 75% das públicas possuem programas planejados e institucionalizados de auxílio à recuperação do dependente químico, programas estes que variam de empresa para empresa. Constatou-se, também, que 8% das empresas privadas e 75% das públicas, mantêm programas de recuperação que inclui assistência ambulatorial, como por exemplo, psicoterapia para seus funcionários, o que parece demonstrar que as empresas públicas pesquisadas se preocupam mais com esta questão do que as empresas privadas.

No que se refere a pesquisas sobre o consumo abusivo de álcool nas organizações no Estado do Sergipe, nada foi encontrado, o que ressalta a importância e necessidade da sua realização, tendo em vista a significativa relevância dessa temática. Além do que, apenas por meio de pesquisas é que se pode traçar o perfil de cada região e um plano de intervenção/prevenção adequado.

Em termos mundiais, de acordo com Bastida (2002), estudos realizados em diversos países demonstram que mais de 70% dos consumidores de álcool são trabalhadores



de alguma organização. Desses, a população masculina se constitui na mais consumidora dessa substância, compreendida entre 25 e 44 anos. Desse modo, a prevalência do consumo de álcool na população trabalhadora supera o da população geral. Na Espanha, 24% dos trabalhadores consomem uma quantidade de álcool considerada de risco para a saúde física. Esse país ocupa o primeiro lugar, dentre os países da União Européia, em oferta e acessibilidade do consumo de bebidas alcoólicas, com o equivalente a um bar para cada 169 habitantes. A Espanha ocupa, ainda, o sétimo lugar no *ranking* mundial do consumo de álcool *per capita*, com 10,4 litros por habitante e registra cerca de 12.000 falecimentos devido ao abuso de álcool, o que corresponde a 4,5% da mortalidade mundial.

DISCUSSÃO

A prevenção é considerada ainda a melhor opção quando se trata de saúde. Através dela se evita os inúmeros problemas que surgem como consequência do consumo abusivo do álcool no trabalho. Pesquisas como a realizada por Moraes e Pilatti (2004), entre tantas outras, mostram que programas de atenção que englobem a prevenção são eficazes no combate ao uso do álcool por conta do trabalho.

As ações de prevenção do alcoolismo não podem ser limitadas a palestras e cursos sobre o conhecimento científico do assunto ou aconselhamentos. Tem-se que adotar políticas de prevenção que levem em consideração todos os aspectos causais (nexo epidemiológico), partindo da situação de trabalho real vivida pelos próprios trabalhadores, atentando para os aspectos organizacionais e ambientais relacionados ao risco alcoólico, procurando implementar ações para transformá-los.

Segundo Castro (2002), os programas de prevenção de consumo abusivo de álcool pelos trabalhadores devem:

Focar as diferentes maneiras potenciais de alterar a organização do trabalho, para diminuir o estresse e aumentar o suporte interpessoal, visto que as características sociais do ambiente de trabalho, assim como os fatores psicossociais e pessoais afetarão os motivos ou condutas de beber. (CASTRO, 2002, p. 62).

De acordo com o MS (2001), as empresas e organizações devem adotar políticas que envolvam:

- práticas de supervisão e chefia direta em que a dignidade e a valorização do trabalhador sejam consideradas, com especial atenção nas situações de trabalho socialmente desprestigiadas;
- fornecimento de equipamentos adequados, disponibilidade de chuveiros e material para a higiene pessoal (inclusive trocas suficientes de roupa);
- desenvolvimento de estratégias de redução das situações de exposição às ameaças, como agressão armada e ira popular, com a participação dos próprios trabalhadores no desenvolvimento de tais estratégias;
- disponibilidade de pausas em ambientes agradáveis e confortáveis, visando o alívio da tensão;
- disponibilidade de meios de comunicação e de interação com outras pessoas durante a jornada laboral, nas situações de trabalho em isolamento;
- redução e controle dos níveis de ruído e de vibração nos ambientes de trabalho.

Em pesquisa como a de Castro (2002), pode-se constatar como a realização profissional, o auto-reconhecimento e o



reconhecimento por parte dos demais, além de boas condições de trabalho são fundamentais para a satisfação com o trabalho. Conseqüentemente, ações que visem atingir esses objetivos são primordiais na prevenção do alcoolismo ou mesmo do abuso de álcool por parte dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas nos apontam desafios da contemporaneidade, de modo que nos trazem mudanças de conceitos, mentalidade e formas de se pensar o uso e o abuso de álcool por trabalhadores. O objetivo deste artigo foi conhecer e apresentar um pouco mais sobre a literatura existente acerca de estudos que abordam a temática “alcoolismo no contexto organizacional”, além de ter contribuído na verificação da formulação de políticas e planos de ação, a nível interno das organizações, como também no que se refere à legislação e às políticas que buscam proteger e regulamentar ações direcionadas a melhorias nas condições de trabalho e cuidados com a saúde dos trabalhadores.

A partir da revisão na literatura, constatou-se a fragilidade com que o tema é tratado em ambientes organizacionais, revelando a dificuldade que as organizações têm para enfrentar situações de conflitos geradas pelo consumo de álcool entre trabalhadores.

A falta de regulamentação legal e de definição clara de políticas públicas, não só na área trabalhista, mas no Brasil de modo geral, faz com que as organizações de trabalho sintam-se desobrigadas em relação aos trabalhadores que consomem abusivamente álcool ou mesmo outras substâncias psicoativas, ficando essa problemática para avaliação dos gestores que, dependendo da sua percepção pessoal sobre o tema, podem ou não implementar ações de cuidado e de atenção integral à saúde do trabalhador. Sendo assim, faz-se cada vez mais necessário se pensar o alcoolismo no

âmbito das organizações de trabalho a partir de todo o rigor científico que o tema exige, de maneira que se evite contar, nestas instituições de trabalho, apenas com a boa vontade leiga de instituições religiosas que, na maioria das vezes, não conta com outra ferramenta de atuação que não seja a fé e os dogmas de sua religião de origem.

Entendemos que, sendo os ambientes organizacionais cada vez mais complexos, novos problemas vão se configurando nesta ordem social que se impõe em um mundo cada vez mais competitivo, cenário que assusta gestores e trabalhadores, pela insegurança e necessidade de ajustes às regras de mercado. As organizações se vêem diante de novos saberes, tendo que dar conta não só das questões relacionadas à produtividade em si, como também de outros aspectos como clima organizacional, cultura organizacional e modos de gestão que, certamente, influenciam também no consumo excessivo de álcool e das mais diversas substâncias psicoativas.

É necessário considerar a relevância de se abordar este tema, visto se constitui em um assunto pouco estudado no contexto organizacional. Os estudos acerca do tema devem ser ampliados para que possamos conhecer melhor essa relação *homem - trabalho - álcool*, pois o presente artigo nos aponta para focos como a epidemiologia do consumo entre trabalhadores, a necessidade de criação de tecnologias de prevenção, além de apontar, também, para o conhecimento da relação trabalho-droga.

Deste modo, tais informações nos levam a concluir que o álcool se constitui, ainda, na substância mais consumida pelos trabalhadores no seu âmbito de trabalho, sendo por este motivo confirmada a relevância em se estudar este assunto nas organizações de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ L M. *Heróis da lama*: sobrecarga emocional e estratégias defensivas no trabalho



- de limpeza pública. São Paulo, 1994. [Tese de doutorado]. Faculdade de Saúde Pública/USP.
- BABOR, T. F. et al. The Alcohol Use Disorders Identification Test - AUDIT. *World Health Organization*. Department of Mental Health and Substance Dependence. 2002. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/hq/2001/WHO_MS_D_MSB_01.6a.pdf. Acesso em: 03 jul. 2009.
- BASTIDA, N. Problemas laborales asociados al consumo de alcohol. *Adicciones*, Barcelona, vol. 14, n. 1, 2002. (p. 239 - 249)
- BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil; Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 114. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/Doen%20E7as%20Relacionadas%20ao%20Trabalho.pdf>. Acesso em: 22 de mar. 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Álcool: da diversão ao vício*. 2003. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=557. Acesso em 20 de jul. 2008.
- CAMBELL, D.; GRAHAM, M. *Drogas e álcool no local de trabalho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nórdica. 1991.
- CASTRO, K. *Álcool e Trabalho: uma experiência de tratamento de trabalhadores de uma universidade pública do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2002. [Tese de Doutorado]. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- DEJOURS, C. Contribution de la psicopatologia del trabajo al estudo do alcoolismo. In: Talleres Gráficos Litodar (Org). *Trabajo y Desgaste Mental*. Buenos Aires: Editorial Humanitas. 1990, (p. 235-242).
- MAGALLÓN, T. de J. C.; ROBAZZI, M. L. C. C. Consumo de álcool em trabalhadores de uma indústria em Monterrey, México. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 13, edição especial, 2005.
- MICHEL, O. R. *Alcoolismo e drogas de abuso: problemas ocupacionais e sociais: a realidade do trabalhador brasileiro*. Rio de Janeiro: Revinter. 2000.
- MONTALVO, J. F.; ENCHEBURÚA, E. El consumo excesivo de alcohol: un reto para la salud laboral. *Rev. Salud y Drogas*. vol. 1, n. 1, 2001. p. 17-39.
- MORAES, G. T. B. M.; PILATTI, L. A. Alcoolismo e as organizações: por que investir em programas de prevenção e recuperação de dependentes químicos. In: XXIV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 2004. Florianópolis. *Anais Eletrônicos*. Disponível em: www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2004_Enegep0404_1055.pdf. Acesso em: 14 ago. 2009.
- RAMOS, T. J. A. *Alcoolismo, trabalho e violência: um estudo a partir do programa de atendimento ao trabalhador alcoolista da UFRJ*. Rio de Janeiro, 2002. [Tese de doutorado]. Escola Nacional de Saúde - Fundação Oswaldo Cruz.
- SOUZA, A. M. D. *Práticas organizacionais frente ao consumo de substâncias psicoativas: um estudo em indústrias de Vitória da Conquista*. Bahia, 2005. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal da Bahia.
- TOMÁS E. A. El alcoholismo en el trabajo como inadaptación laboral: una propuesta de reflexión, conceptualización e intervención. *Revista electrónica iberoamericana de psicología social: R.E.I.P.S.*, vol. 1, 1998, p. 5.
- VAISSMAN, M. *Alcoolismo como problema de saúde no trabalho: avaliação de um programa de tratamento para funcionários de uma Universidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1998. [Tese de Doutorado]. IPUB, UFRJ.



VAISSMAN, M. *Alcoolismo no trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2004.